



ESTRATÉGIA MILITAR BRASILEIRA — Reflexões

Carlos de Meira Mattos

General-de-Divisão R-1 da Turma de 3 Jan 36, fez os Cursos da Escola Militar do Realengo, da "Leaderships and Battle School" (Nápoles), da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército e da Escola Superior de Guerra.

Dentre as numerosas funções exercidas destacam-se as de membro do Estado-Maior da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária (FEB), de Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, de Adido Militar na Bolívia, de Subchefe do Gabinete Militar da Presidência da República e de Comandante do Destacamento Brasileiro na Força Interamericana de Paz (FAIBRAS).

Autor de numerosos trabalhos, principalmente sobre Geopolítica, ressaltando-se "A Geopolítica e as Projeções do Poder" e "Projeção Mundial do Brasil".

Sua última função exercida foi a de Vice-Diretor do Colégio Interamericano de Defesa (CID) em Washington, Estados Unidos da América.

Não é fácil pensar-se claramente, em termos de estratégia. Em primeiro lugar, o vocábulo estratégia tornou-se excessivamente vulgarizado; palavra que na semântica antiga correspondia à "arte dos generais", hoje está poluída por numerosas adjetivações como sejam — estratégia dos comerciantes, dos estudantes, dos agricultores, do poder jovem, e assim por diante.

Nos meios intelectuais sérios, entretanto, entre os estudiosos de assuntos estratégicos, que nos Estados Unidos e nos países europeus encontram-se não somente nos institutos especializados do tipo Escola Superior de Guerra, mas também nas grandes Universidades, a estratégia tem um significado substantivo e uma abrangência bem definida.

Há, realmente, de aceitável, uma nova extensão da palavra, ultrapassando o campo militar para o das atividades civis, em consequência da moderna dimensão da própria guerra, hoje não mais objeto de cogitação essencialmente militar. Daí ter Liddell Hart, há mais de 30 anos, tentado uma diferenciação entre "grande estratégia" e "estratégia". Diz o escritor militar inglês:

- *grande estratégia*, é a coordenação e orientação de todos os recursos da nação ou grupo de nações, visando atingir os objetivos definidos pela política nacional ou de aliança...;
- *estratégia*, é a arte de aplicar e distribuir os meios militares, visando a atender os fins da política.

Os conceitos de Liddell Hart, fruto da observação profunda das alterações operadas na dimensão dos conflitos internacionais, bélicos e não bélicos, no período abrangido pelas três maiores conflagrações — a franco-prussiana de 1870, a 1ª Grande Guerra e a 2ª Guerra Mundial —, face aos avanços progressivos da tecnologia, da ciência e da indústria nesse período, estão ainda hoje em plena vigência. Há uma estratégia geral ou nacional, que coordena e orienta todos os recursos do país no sentido da realização dos objetivos visados pela política nacional e há estratégias setoriais, para atender aos objetivos das políticas militar, econômica, psico-social, científica, etc, entendendo-se por estratégia, em síntese, sempre, a arte de aplicar recursos para realizar uma política.

Buscando uma ordenação racional do pensamento, chegamos a que os povos têm aspirações e interesses que se concretizam em objetivos nacionais. Esses objetivos, inseparáveis da realidade geopolítica de cada país, já que a geografia sempre foi um dos principais estímulos das aspirações e interesses criadores desses objetivos, marcam os alvos a serem alcançados. A realização dos objetivos leva à formulação de políticas (o que fazer) e de estratégias (como fazer). Das estratégias, advirão os planos e projetos.

Dentro desta ordem de idéias é que pretendemos, em seguida, lançar uma reflexão sobre a estratégia militar brasileira, considerando esta a componente castrense da nossa estratégia nacional.

A política nacional, inspiradora da estratégia, evolui constantemente, acompanhando o desenvolvimento do país. Em 1930, por exemplo, tínhamos uma política nacional de amplitude, no máximo, sul-americana. Nossas ligações com a Europa e Estados Unidos eram de índole ideológica e as de comércio do tipo colonialista — exportação de matérias-primas e importação de produtos industrializados —, sujeitas ao transporte marítimo e à política de fretes imposta pelas nações industrializadas. Em consequência, a estratégia militar brasileira não podia ir além de uma visão sul-americana dos antagonismos acaso existentes.

Hoje, a realidade política brasileira é outra. Somos uma nação em rápido ritmo de desenvolvimento. Superamos a fase da indústria de substituição das importações para o consumo nacional. Iniciamos a fase de instalação de infraestrutura destinada à indústria de bens de produção, que nos deverá permitir vencer os últimos obstáculos que nos separam da realização de uma sociedade industrial plena. Somos hoje exportadores de produtos industrializados, inclusive material bélico. Nossa indústria aeronáutica progride a olhos vistos. Nossa indústria naval começa a rivalizar-se com as maiores da Europa, em tonelagem/ano produzida. Os avaliadores do poder mundial como o Prof. Ray Cline, do Centro para Estudos Estratégicos e

Internacionais da Universidade de Georgetown, Washington, já nos coloca como o 6º poder mundial, suplantados, apenas, pelos Estados Unidos, União Soviética, China, Alemanha Ocidental e França. O Prof. Ronald Schneider, PHD da Universidade de Princeton e professor efetivo do Queens College, de Nova York, no seu mais recente livro sobre o nosso país, afirma "o Brasil, um dos mais importantes atores em ascensão do sistema político internacional, está se deslocando da posição de engajamento para o de expansão nos negócios internacionais; em termos de capacidade de política internacional, trata-se de uma potência média de nível superior, com potencial para vir a disputar uma participação na hierarquia das cinco grandes potências que, presentemente, ocupam um lugar no sistema internacional estratificado, situa-do abaixo das duas grandes superpotências (Estados Unidos e União Soviética)".

Não querendo nos alongar em citações de inúmeros outros autores credenciados, da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, que reconhecem a ascensão de nosso poder no âmbito internacional, desejamos, apenas, destacar que isto representa uma extensão geográfica dos interesses nacionais, o que deve corresponder a uma ampliação de responsabilidades estratégicas.

Não intencionamos, com este raciocínio, sugerir a quebra do equilíbrio da relação de valores da equação desenvolvimento/segurança; reconhecemos que o pequeno esforço que vimos realizando no setor de segurança tem permitido a aceleração do ritmo de desenvolvimento da economia nacional; reconhecemos, também, que dentro do princípio de "mútua causalidade", referido pelo Presidente Castello Branco, o fortalecimento econômico, em si mesmo, representa segurança, desde que a conjuntura não obrigue a um esforço direto maior no setor da defesa nacional. Nem por isto, entretanto, seremos perdoados se, paralelamente aos efeitos de nosso desenvolvimento econômico, não formos avaliando as correspondentes necessidades mínimas de segurança.

Apenas para exemplificar, citaremos o caso da nossa posição estratégica no Atlântico Sul onde, na conjuntura presente e futura, deverá ser apreciado o prolongamento de nossa área de segurança. Essa extensão de área de segurança estratégica ao Atlântico Sul representa o aspecto novo a considerar, correspondente à projeção atual e futura de nosso poder, em virtude dos interesses econômicos e comerciais que se vislumbram para o país.

Não vamos tratar aqui de nossa já tradicional área estratégica sul-americana, pois aí nada mudou, e, se mudar, há de ser para melhor, pois nossas relações com os vizinhos continentais estão mais maduras e não mais comportam veleidades que devam afetar a segurança.

Chamamos a atenção para a parte Sul do Atlântico, por ser esta a área geográfica mais próxima de nosso território, envolvida pelos interesses, criados e por se criarem em função do atual estágio de nosso desenvolvimento econômico e, principalmente, de sua projeção futura.

A área estratégica do Atlântico que envolve nossos interesses mais imediatos vai um pouco além da clássica designação de Atlântico Sul — da linha do Equa-

dor até a Antártica. Isto porque o segmento de nossa costa ao norte de Recife e a noroeste de Natal, está mais relacionado com a área geoestratégica situada na parte austral do Atlântico Norte — até a linha do Trópico de Câncer, segundo o Almirante Paulo Roxo Freitas, ou até o limite Trinidad — Arquipélago de Cabo Verde, segundo opina o Brigadeiro Lavanère-Wanderley.

Realmente, a costa do nordeste e norte Brasileiro, de Recife a Natal, de Natal a Belém, de Belém a Macapá, projeta sua influência geoestratégica acima da linha do Equador. Esta é uma realidade geopolítica avalizada pela história, pois as atividades dos portos de Belém e S. Luis, desde os tempos coloniais, sempre estiveram muito mais relacionadas com o ecúmeno marítimo do Caribe e da península ibérica do que com a parte austral do Atlântico; Recife, no passado e no presente, figura como o ponto de conexão dos dois leques de nossa presença marítima no Atlântico Sul e na parte austral do Atlântico Norte, de acordo com a irradiação geoestratégica dos dois segmentos de nossa costa.

A extrapolação de nossos interesses econômicos e comerciais para fora do continente sul-americano, dado à nossa nova posição de agente ativo, isto é, capaz de assumir cada vez mais a responsabilidade de utilizar nossos próprios petroleiros e cargueiros, de fazer valer nossos interesses na política de fretes marítimos, de intensificar o intercâmbio comercial com o Oriente Médio e Japão, de incrementar a presença de nossos navios mercantes e de nossos aviões comerciais em novas linhas atlânticas de sentido leste-oeste, de estimular a presença de algumas empresas nacionais na África, tudo isto, e mais o fato capital de nossa política econômica ter o seu êxito dependente da capacidade de exportar, obriga-nos a pensar mais objetivamente no aumento de nossas responsabilidades estratégicas na área do chamado Atlântico Sul, que para nós é um pouco mais, como vimos anteriormente.

É bem verdade que, no momento em que vivemos, a fundamental ameaça que pesa sobre o Atlântico Sul é a do bloqueio, pela União Soviética, das linhas de suprimento de petróleo do Oriente Médio aos Estados Unidos, Europa Ocidental e, secundariamente, ao Brasil e outros países. Dizemos secundariamente numa visão de estratégia global, pois o bloqueio da chamada "rota do Cabo" paralisaria a OTAN, principal instrumento de contenção dos aliados ocidentais contra a União Soviética e seus parceiros do Pacto de Varsóvia. A manutenção da rota do Cabo aberta, na presente conjuntura internacional, não pode, portanto, ser tarefa do Brasil e de países atlânticos do Sul deste Hemisfério. Pela natureza da ameaça militar — União Soviética —, e pelos efeitos do bloqueio — paralisação da OTAN —, somos ainda muito pequenos para poder arcar com tal responsabilidade estratégica. Nós sobreviveríamos, embora precariamente, ao bloqueio da rota do Cabo; a OTAN seria a maior atingida e dificilmente sobreviveria; os Estados Unidos, considerados fora dos quadros da OTAN, isto é, isoladamente, ficariam tremendamente debilitados. No presente, portanto, a preservação estratégica da rota do Cabo é tarefa do nível da disputa entre as duas superpotências.

Mas, o que é verdade estratégica hoje, talvez não o seja mais a médio prazo (de 5 a 10 anos), ou a longo prazo. O crescimento de nossos interesses econômicos e

comerciais na África e Ásia, paralelamente à nossa ascensão como poder, está a indicar a necessidade de começarmos a formular uma estratégia militar para a parte austral do Atlântico, na qual o Brasil e os outros países posicionados geograficamente na área, quer na vertente sul-americana quer na africana, passem a ter participação mais ativa na segurança da mesma, para a garantia de seus interesses vitais. Formular uma estratégia militar para determinada área representa avaliar objetivamente, entre outras coisas, o tipo de ameaça, as alianças capazes de assegurar a ocupação de posições-chaves para a defesa, o tipo de defesa a realizar, os meios a desdobrar, enfim fazer um balanço real da situação.

Até quando poderemos considerar que a segurança militar da parte austral do Atlântico é tarefa "dos outros" — das grandes potências —, este é o "X" do problema.

BIBLIOGRAFIA

- Cline, Ray S., "World Power Assessment", Washington, The Center for Strategic and International Studies, 1975.
- Lavanère-Wanderley, Nelson Freire, "Evolução da Estratégia Depois da Segunda Guerra Mundial", A Defesa Nacional, Nº 670, Novembro/Dezembro 1976.
- Schneider, Ronald M., "Brazil — Foreign Policy of a Future World", Westview Press, Boulder, Colorado, 1977.
- Castello Branco, Humberto de Alencar, "Aula Inaugural da Escola Superior de Guerra", Rio de Janeiro, 1966.
- Fontaine, Roger W., "Latin America's New Internationalism", Praeger Publishers, New York, Washington, London, 1977.
- Theberge, James D., "Latin America's New Internationalism", Praeger Publishers, New York, Washington, London, 1977.
- Meira Mattos, Carlos de, "Brasil — Geopolítica e Destino", Bibliex e Editora José Olympio, Rio de Janeiro, 1975.
- Meira Mattos, Carlos de, "A Geopolítica e as Projeções do Poder" (no prelo), Bibliex e Editora José Olympio, Rio de Janeiro, 1977.
- Beaufre, André, "Introduction a la Strategie", Librairie Armand Colin, Paris, 1965.
- Liddell Hart, B. H., "Strategy", Praeger Publishers, Nova York, 1977.
- Beckeuser, Everaldo, "Geopolítica Geral do Brasil", Bibliex, Rio de Janeiro, 1952.
- Child, John, "Latin America Military Strategic Concepts", Air University Review, Nº 6, Setembro/Outubro 1976.

